



Município de Guaíra

PROJETO DE LEI Nº 027/2021

Data: 07.05.2021

Ementa: revoga a Lei Municipal nº 925/1991, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Revoga-se integralmente a Lei Municipal nº 925/1991 de 13.09.1991.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 07 de maio de 2021.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Guaíra
A Comissão de Constituição
Legislação e Justiça.

Em, 10 / 05 / 2021
Teuzes da Silva
Presidente

Câmara Municipal de Guaíra
APROVADO em 1ª discussão
p/ unanimidade

Em, 27 / 05 / 2021
Teuzes da Silva
Presidente

Câmara Municipal de Guaíra
APROVADO em 2ª discussão
p/ unanimidade

Em, 31 / 05 / 2021
Teuzes da Silva
Presidente



Município de Guaíra

Guaíra – Pr., em 07 de maio de 2021

MENSAGEM Nº 023/2021

Excelentíssima Senhora

TEREZA CAMILO DOS SANTOS

MD Presidente da Câmara Municipal de Guaíra - Paraná

Assunto: Projeto de Lei – Revoga Lei Municipal nº 925/1991 (envia).
Registrado no memorando on-line sob o nº 606/2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA
PROTOCOLO Nº 209
EM 07/05/2021 às 14:51
SERVIDOR

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal

Cumprimento-a respeitosamente em nome do Poder Executivo Municipal.

Vimos por meio desta proceder à remessa do Projeto de Lei em anexo, com o intuito de procedermos a revogação da Lei Municipal nº 925/1.991 de 13 de setembro de 1991.

Referida Lei Municipal autorizou o Município de Guaíra a proceder a concessão de direito real de uso em prol da Associação Atlética São Domingos do Lote nº (302,303 e 304)-C, subdivisão dos lotes nº 302,303 e 304, da 2ª Gleba do Loteamento da Cia Mate Laranjeira, Município e Comarca de Guaíra, com área total de 12.211,44 m² e com as demais especificações constantes na matrícula nº 9.516 do Serviço de Registro de Imóveis desta Comarca de Guaíra – Pr.

Ocorre que quando da concessão do referido imóvel, estabeleceu-se como obrigação da entidade a edificação de instalações esportivas no local, contudo, passados 30 (trinta) anos da referida pactuação, não se tem notícia de quaisquer intervenções no local. Registre-se ainda que não se tem conhecimento de qualquer ação desenvolvida por tal entidade, estando bem evidenciado inclusive a sua inatividade.

Desta forma, considerando a necessidade deste Município em avançar em demais projetos de interesse da municipalidade, e a exiguidade de imóveis disponíveis aptos a receberem equipamentos públicos de maior porte no perímetro urbano, entende-se necessária a referida revogação, para que possamos planejar a utilização do referido bem municipal em outro projeto de interesse público em prol de nossa Comunidade.

Diante do exposto, e das justificativas e na certeza de contarmos com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura, aproveitamos o ensejo para renovar meus protestos de estima e consideração pelos integrantes dessa Casa de Leis.


HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal